



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2013/SEMA/MT

PROCESSO N.º: 508743/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BARCOS, MOTORES DE POPA E CARRETAS PARA BARCOS.

RECORRENTE: NAUTICA CAMPO VERDE LTDA.

RECORRIDO: O PREGOEIRO.

ASSUNTO: PARECER DO PREGOEIRO SOBRE O RECURSO.

O ESTADO DE MATO GROSSO por intermédio da SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL, neste ato representado por seu Pregoeiro, Sr. Jefferson Lopes de Souza nomeado pelo Ato Nº 13.143/2009 – SEMA/MT, publicada no D.O.E. do dia 14 de outubro de 2009, vem em razão do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **NAÚTICA CAMPO VERDE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ Nº 06.912.021/0001-60, com sede na Rua General Osório, 1930, Bairro Centro – Cáceres-MT, CEP: XXXXXX, analisar suas razões, para, ao final, decidir motivadamente a respeito conforme segue:

1. RELATÓRIO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, modalidade pregão presencial, tipo menor preço global por lote único, ao qual a abertura da sessão foi realizada às 14:30 horas, do dia 17 de setembro de 2013, para fins de aquisição de aquisição de Barcos, Motores de Popa e Carretas para Barcos.

Após credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas comerciais foram classificadas, após sucessivos lances, na seguinte ordem, as empresas: **NAÚTICA CAMPO VERDE LTDA – EPP**, com proposta final no valor de R\$



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

126.900,00 (cento e vinte e seis mil e novecentos reais); e a empresa **E M FILIPPO-ME**, com proposta final no valor de R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).

Aberta a habilitação da licitante vencedora do certame **E M FILIPPO-ME**, a empresa **NÁUTICA CAMPO VERDE LTDA – EPP**, em sede de Razões Recursais: “que a empresa concorrente deixou de apresentar seu Contrato Social Inicial, conforme solicitado no Edital, que em sua redação determina que é sob pena de desclassificação da proposta”.

No dia 16 de dezembro de 2013, às 14h00, a Equipe de Licitação fez uma diligência com vista a esclarecimentos sobre a documentação apresentada pela licitante-inabilitada, sendo explanada o resultado da diligência realizada pela SEMA junto a Junta Comercial - JUCEMAT, referente a apresentação de seu Contrato Social Inicial, conforme solicitado no Edital alínea “c” do Item 3.2.1: “A empresa **E M FILIPPO-ME** foi habilitada pelo motivo em diligência à Junta Comercial, na pessoa dos Srs. Rafael Vitaliano Ferreira Coelho, especialista em registro junto à Junta Comercial, foi constatado que a empresa encontra-se regular naquele órgão, bem como possui cadastro regular no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso.

Assim, a análise da última alteração de Requerimento de Empresário, a Comissão de Licitação chegou a conclusão que constava o nome da proprietária da empresa e bem como o objeto social compatível com a respectiva aquisição desejada pela SEMA.

Em análise quanto aos documentos de habilitação da empresa que ofereceu o melhor lance, além de outros documentos exigidos no Edital, foi acostado no processo a Certidão Simplificada da Junta Comercial com os dados da empresa licitante, sendo esta enquadrada como Micro Empresário, objeto este compatível com o exigido na licitação, entre outras informações.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Por sua vez, com vista a elucidar melhor os fatos suscitados, fez-se outra diligência na SAD, a mesma na pessoa da Sra. Adriane Delamônica, que emitiu sua opinião de que a exigência de tal documento seria excesso de formalismo, tendo em vista a Lei 8.666/93.

As propostas foram analisadas e rubricadas pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio da Aquisição e Contratos da SEMA, neste ato presente, após, foi dado vista aos licitantes presentes, que também as rubricaram.

Por sua vez, a empresa licitante **NÁUTICA CAMPO VERDE LTDA – EPP** manifestou o interesse de recorrer sob a alegação que os documentos apresentados não estão na forma da lei.

Os memoriais com as razões do recurso da empresa **NÁUTICA CAMPO VERDE LTDA – EPP** aportaram na Gerência de Processos de Aquisições – GPA, da SEMA/MT no dia 20 de dezembro de 2013 recebido por esta Gerência, sendo encaminhado via e-mail uma cópia das Razões do Recurso para a empresa **E M FILIPPO-ME** tomar conhecimento e as providências que julgar necessária, começando a correr a data para a apresentação das contrarrazões no dia 23/12/2013.

Em síntese, é o relatório.

2. DOS MEMORIAIS

2.1 DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A HABILITAÇÃO DA VENCEDORA DO CERTAME.

Quanto à intenção recursal apresentada pelo Sr. Marcos Francisco Ferreira na segunda sessão do Pregão Presencial 012/2013, por um erro no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG este não foi salvo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Assim, a Comissão de Licitação da SEMA, por meio dos senhores Jefferson Lopes de Souza, Pregoeiro Oficial, Regane Maria Tenroller, Equipe de Apoio da SEMA e Marisa Ávila Alvares, Equipe de Apoio, manifestaram desta forma:

“Por um erro no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG faz-se constar as seguintes informações:]

- A segunda sessão do Pregão referente ao Processo nº. 508743/2013 cujo objeto é a “Aquisição de barcos, motores de popa e carretas para barcos” ocorreu no dia 17/12/2013, tendo seu início às 14h30min e encerramento às 15h08min.
- Na segunda sessão do Pregão acima citado foi manifestado pela empresa licitante NAUTICA CAMPO VERDE LTDA EPP, através de seu representante o Senhor Marcos Francisco Ferreira da Silva, intenção recursal referente ao requerimento de empresário individual da licitante E.M. FILIPO – ME.
- Foi apresentado, pela empresa licitante E.M. FILIPO – ME a Certidão Positiva com Efeito Negativa da Procuradoria Geral do Estado – PGE cujo prazo foi concedido pelo Pregoeiro conforme Lei Complementar nº “123/06”.

Corroborando para esclarecer o ocorrido acima, não resta dúvida de que a intenção recursal foi apresentada tempestivamente, fato este que se confirma uma vez que a empresa **E M FILIPPO-ME**, respondeu em sede de Contrarrazões rebatendo a todos os pedidos da empresa **NAUTICA CAMPO VERDE LTDA – EPP**.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Desta feita, em sede de Recursos a empresa Recorrente coloca que após a abertura dos envelopes de habilitação o que se segue:

*"A Lei 8.666/93, que disciplina e normativa as Licitações Públicas na Seção I – Dos princípios em seu artigo 3, tem em sua redação o dizer seguinte: A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, **"DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO"**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Em linhas abaixo continua:

"(...) a empresa concorrente, descumpriu esta norma ao deixar de apresentar seu Contrato Social inicial, conforme solicitado no Edital, deixou de apresentar em sua proposta os preços por extenso, descumprindo desta forma as condições previstas no Edital...."

E segue dizendo:

"Ao ser detectado este problema, o Sr. Pregoeiro suspendeu a



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

referida seção pública para realizar diligência na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, para averiguação de que a alteração derradeira seria ou não uma consolidação, uma vez que a referida empresa em sua Constituição, é Empresa Individual..."

Argumenta ainda que não foram apresentados nenhum documento oficial da Junta Comercial, para elucidação do fato em comento, senão vejamos:

"Apenas foi comentado que um Diretor da Comercial havia dado uma informação a respeito do assunto, junto com a opinião da senhora pregoeira Adriane Delamonica da SAD, não tendo sido apresentado nenhum documento que servisse para a elucidação do fato."

A Comissão Permanente de Licitação da SEMA deixa claro que foram realizadas diligências na Junta Comercial, na SAD e na Auditoria-Geral do Estado, e que tem fé pública, até que se prove ao contrário, as palavras emitidas pelos funcionários públicas, ao qual foram feitas as diligências.

E continua linhas abaixo:

"O Edital de Licitação é regra, e as regras são feitas para serem cumpridas em sua totalidade, sob pena das sanções previstas na Lei 8.666/93."

E, por fim, requer:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

" (...) solicito a aplicação da Lei, e que seja declarada inabilitada a empresa cocorrente nos termos da redação do Edital e subsidiado em conformidade com as normas que regem as Licitações Públicas."

No que tange ao acima exposto, a empresa vencedora do certame **E M FILIPPO-ME**, em sede de contrarrazões, alega o seguinte:

" (...). nossa empresa veio a concorrer e a se classificar em primeiro lugar e por seguinte ser habilitada pela CLP deste órgão. Ocorre que não satisfeito com o resultado o Senhor Marcos Francisco, procurador da empresa NAUTICA CAMPO VERDE optou por utilizar seu direito pré-estabelecido pela Lei 8.666/93...."

E segue dizendo:

"Em primeiro lugar convido esta douta Comissão a ler o edital no que diz o item 8.2.1. Alínea B:

"8.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

E também o item 8.2.1.2:

"8.2.1.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº 635/07):

a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;"



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Alega ainda, que a recorrente **NAUTICA CAMPO VERDE LTDA**, em que pese o interesse de agir, demonstra incoerência no que tange o Contrato Social, estatuto ou ato constitutivo em sua defesa, senão vejamos:

"Senhor pregoeiro, não somos nenhuma sociedade empresarial para sermos detentores de contrato social, estatuto ou ato constitutivo, obtemos apenas um requerimento de Empresário em se tratando de Uma empresa individual..."

E continua linhas abaixo:

"Sendo assim, nossa empresa não Possui nenhuma obrigação de apresentar seu Requerimento inicial uma vez que estas alterações serviram apenas para aumentar a demanda de nossos serviços e para a inclusão de CNAE para melhor abrangência da oferta de nossos produtos no mercado atual."

E conclui:

"(...)sustento o argumento de que nossa empresa não possui o Contrato Social e SIM Requerimento de Empresário, não devendo então ser tratado como uma Sociedade Comercial, haja vista um único dono registrado em seu Requerimento".

Em sua defesa, em relação ao **preço por extenso**, alega o seguinte quanto ao item 6.2.3 no que diz:

"6.2.3. Uma única cotação, com preços unitários e totais por item



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e o valor por lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e por extenso, será considerado este último."

E continua linhas abaixo:

"..... que o concorrente de nossa empresa teve o seu direito de contestar a proposta adversária precluso após terminada a fase de análise da proposta, momento este que este recorrente teve toda liberdade por questionar qualquer problema que encontrasse em nossa proposta, decorrido este prazo o procurador não se pronunciou dando dando a entender a ciência de plena aceitação da proposta (....)."

E segue dizendo:

" (....) que nossa empresa apresentou uma proposta de R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais), transcrição esta de nossa própria proposta de preços, com isso prova que nossa empresa não deixou de apresentar o preço do lote por extenso.... dispensando, por excesso de formalismo a escrita por extenso de cada item,...o valor que realmente importa é o valor final da proposta, tendo este sim, que estar expresso em algarismos e por extenso."



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

E conclui:

"(...) acuso a empresa NAUTICA CAMPO VERDE de querer apenas tumultuar o pregão, ...atitude esta passível de sanção como rege o item 10.8:

"10.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei 10.520/02 e legislação vigente."

A empresa licitante que apresentou a melhor proposta alega que seguiu todos os ditames da lei nº 8.666/93 e do Edital de Pregão Presencial n. 011/2013.

A Licitação é um procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público procura selecionar a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade nos termos expressamente previsto no edital. Como salienta Marçal Justen Filho: A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio; que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (2005, p.309).

No que tange ao ato convocatório da licitação, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 48, inc. I estabelece que as propostas que não atendam as especificações, devem ser desclassificadas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Assim, não poderia esta Comissão considerando os argumentos trazidos a luz pelo recorrente, atuar de forma contrária ao art. 43, §3º, da Lei 8666/93, senão vejamos:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta". (Grifou-se)

Dessa forma, com base no exposto, a comissão de licitação fez a Diligência na Junta Comercial, nas pessoas de Maria Ávila Alvares, Regane Maria Tenroller, equipes de apoio e Jefferson Lopes de Souza, Pregoeiro Oficial, por que até aquele momento a comissão de licitação tinha dúvida se o documento apresentado pela licitante era ato constitutivo consolidado, onde restou esclarecido na pessoa do Gerente Sr. Rafael Vitaliano Ferreira Coelho, que realmente o documento apresentado pela empresa licitante, E M FILIPPO-ME (fls. 107 a 112), era somente a última alteração do Requerimento de Empresário, não existia Requerimento de Empresário Individual Consolidado, somente Contrato de Sociedade Consolidada, alegando ainda que não havia nenhuma irregularidades nas documentações arquivadas na Junta Comercial.

Todavia, a apresentação do Ato Constitutivo da empresa é exigida para que o Pregoeiro possa analisar se o objeto ofertado atende ao exigido no Edital, bem como quanto aos poderes conferidos na carta de credenciamento ou procuração.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

A esta Secretaria reservou ainda, em fazer diligência junto a Auditoria Geral do Estado – AGE/MT, na pessoa do Pregoeiro Sr. Jefferson de Souza, acompanhado sua equipe pelas Sra.(s) Regane Maria Tenroller e Marisa Ávila Alvares, ao qual foram solicitado pedido de esclarecimento pelo site da Auditoria, na Pergunta nº. 000225/2013, ao qual passamos a transcrever:

"1. O Processo trata-se de Aquisição de Barcos de Alumínio e Motores de Papa e Carretas para Barcos, cujo a primeira sessão pública de Pregão ocorreu no dia 12 de dezembro na SAD, com início a partir das 14h00, participando da licitação as empresas E.M. FILIPPO – ME e Náutica Campo Verde Ltda - EPP. 2. Após todo o transcurso do procedimento licitatório, já na fase de habilitação, a empresa licitante Náutica Campo Verde Ltda – EPP, que ofereceu o segundo melhor lance, manifestou questionamento com relação aos documentos de credenciamento da empresa licitante E.M. Filippo – ME, alegando que a mesma não apresentou o Requerimento de Empresário de Inscrição na Junta Comercial, tendo juntado somente a última alteração do Requerimento de Empresário, ressalta-se que no momento de credenciamento foi oportunizado a conferência dos documentos para todos os licitantes, sendo que ambas as empresas manifestaram pelo prosseguimento, sem proceder a conferência. 3. Além do requerimento, entre outros documentos, a empresa licitante questionada apresentou ainda Procuração com reconhecimento de firma da proprietária. 4. E na última alteração do Requerimento de Empresário, além de constar os dados do proprietário, consta ainda o objeto social compatível com a licitação, fato este confirmado em diligência na Junta Comercial. 5. Foi constatado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ainda na Junta Comercial que a empresa está regular naquele órgão, bem como possui cadastro regular no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso. 6. E conforme consta no Edital na alínea "c" do subitem 3.2.1 "...na qual nesta fase será procedida somente à análise do Contrato Social quanto aos poderes conferidos na respectiva Carta de Credenciamento ou Procuração, devendo ser analisada Objeto Social somente na fase de apuração de propostas,...", assim, na análise da última alteração de Requerimento de Empresário a Comissão de Licitação chegou a conclusão que constava o nome da proprietária da empresa e bem como o objeto social compatível com a respectiva aquisição desejada pela SEMA. 7. Na análise dos documentos de Habilitação da empresa que ofereceu o melhor lance, além de outros documentos exigidos no Edital, foi acostado Certidão Simplificada da Junta Comercial com os dados da empresa licitante, da proprietária, enquadramento como Micro Empresário, objeto social compatível com o da licitação, entre outras informações. 8. Relata-se ainda que foi feita diligência na SAD, e a mesma, na pessoa da Sra. Adriane Dellamonica, emitiu opinião de que a exigência tal documento seria excesso de formalismo, tendo em vista que a Lei nº. 8.666/93 veda o excesso de formalismo. 9. Assim indaga-se: 9.1.1. A empresa E.M. Filippo ME atende os requisitos necessários no Edital? Visto que consta tanto os dados do outorgante procuração quanto o objeto social da empresa. 9.1.2. A Certidão Simplificada substitui o Requerimento, por ser mais completo? 9.1.3. O fato da empresa que ofereceu o segundo melhor lance ter questionado sobre a falta do requerimento de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

inscrição já na fase de habilitação, mesmo tendo sido oportunizado no momento do credenciamento para conferência de tais documentos, gera preclusão?"

A Auditoria-Geral do Estado, por meio do Auditor do Estado, o Sr. Fabiano Ferreira Leite, desta forma respondeu:

"Quanto à sua solicitação de esclarecimentos enviados via "pergunta à AGE/MT" nº 0225/2013, analisamos o caso e entendemos que a referida empresa cujo lance foi vencedor no julgamento, pode substituir a apresentação de documentos de habilitação quando estiver em situação regular perante o Cadastro de Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

Pois isso é o que determina o texto legal da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, no seu art. 4, inciso XIV, ao qual passamos a transcrever abaixo:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

Afeto a este mesmo tema, o Decreto Estadual 7.217 de 14 de março de 2006, assim determina:

Art. 36. Para habilitação dos licitantes, participantes de pregão presencial ou eletrônico, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa à:

- I – habilitação jurídica;*
 - II – qualificação técnica;*
 - III – qualificação econômico-financeira;*
 - IV – regularidade fiscal.*
- (...)*

§ 3º A documentação exigida será substituída, em todos os casos, pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, exceto a disposição do § 1º deste artigo.
(grifamos)

E por fim o Decreto Estadual 7.218/2006, o qual “Disciplina a apresentação documental para fins de participação em processo licitatórios, registro no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso”, manifesta a possibilidade de tornar a empresa habilitada mediante a situação regular perante o Cadastro Geral de Fornecedores de Mato Grosso, nestes termos:

Art. 2º A regularidade junto ao CGF/MT substituirá a apresentação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

econômico-financeira, em todos os casos, atendidas às exigências estabelecidas no artigo 14 deste Decreto. (grifamos)

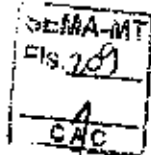
Portanto, se de fato a licitante da proposta vencedora detiver a regularidade perante o referido Cadastro de Fornecedores, estará habilitada sob o aspecto jurídico, econômico, fiscal, técnico e financeiro.

Esclarecemos que o momento do credenciamento serve apenas para indicar um representante legal de cada licitante para fins de manifestação, podendo ser exigida a comprovação, se for o caso, a existência de poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Não será este o momento de se conferir a habilitação jurídica ou econômica dos participantes do pregão.

Sobre o direito dos demais licitantes à manifestação de recurso, para a modalidade pregão, é pertinente fazê-lo em momento único e posterior à declaração do licitante vencedor, de acordo com o art. 4, inciso XVIII da Lei 10.520/2002 e art. 31 inciso XVI do Decreto 7.217/2006.”

Por não ter tratado diretamente sobre a fase de Credenciamento da Empresa licitante, **EM FILIPPO-ME**, e, sim, sobre a habilitação, esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, fez nova indagação a Auditoria-Geral do Estado:

“Prezados Auditores: No dia 18 de dezembro de 2013 foi enviada por esta Secretaria ao Pergunte à AGE a indagação sob o número



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

000225 de 2013, ao qual estamos enviando mais algumas informações para a complementação e resposta dos Auditores. Na alínea "c" do subitem 3.2.1 do Edital de Pregão Presencial n. 011/2013/SEMA/MT, referente a Aquisição de Barcos e Motores, reza da seguinte forma: c) cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa acompanhado da última alteração, no qual nesta fase será procedida somente à análise do Contrato Social quanto aos poderes conferidos na respectiva Carta de Credenciamento ou Procuração, devendo ser analisada o Objeto Social somente na fase de apuração de propostas, após o lançamento das mesmas; Ocorre que o empresário individual apresentou na sessão, para o seu credenciamento, somente a última alteração do requerimento, não exibindo o Requerimento de Empresário de constituição, isto é, o primeiro requerimento de empresário individual acostada na Junta Comercial. Indaga-se: Devemos assim Descredenciar a empresa ou não, mesmo que ela atenda quanto a exigência referente a análise do contrato social em relação aos poderes conferidos na respectiva carta de credenciamento ou procuração, bem como em relação ao objeto social? solicito que envie as respostas, se possível, para o emails: reganetenroller@sema.mt.gov.br e marisaalvares@sema.mt.gov.br."

Em resposta, o Auditor Fabiano Ferreira Leite, desta forma manifestou:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Ainda assim, visando colaborar com esta Secretaria, temos a refletir que no caso em tela pesa o princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório (edital) contra o princípio do formalismo ponderado.

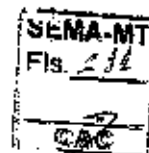
De um lado, a Comissão de Licitação em obediência à vinculação ao instrumento convocatório deverá guardar na íntegra os ditames do edital 12/2013/SEMA, o que implicaria, via de consequência, na desclassificação do primeiro colocado e chamamento/habilitação do segundo.

Assim procedendo, prestigiando estritamente o edital, outro importante princípio, o da economicidade, no caso presente não será prejudicado haja vista a irrelevante diferença de valor dos lances entre o primeiro e o segundo colocado, R\$ 126.500,00 e 126.900,00, respectivamente (menos de 0,32%).

Por outro lado, reconhecemos a existência e validade do princípio do formalismo ponderado, ocorre que a viabilidade de sua aplicação por parte da Comissão deve ser cautelosa e avaliada caso a caso. Tem sido assim recomendado pela melhor doutrina.

E assim, segue linhas abaixo:

"...Visto que no caso concreto o edital foi claro quanto à exigência do ato constitutivo para credenciamento e não somente sua última alteração."



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Com base nas informações apresentadas pela Auditoria-Geral do Estado, é uma exigência do Edital a apresentação pela empresa licitante do ato constitutivo com a sua última alteração, o que não foi cumprido pela **E M FILIPPO-ME**.

Considerando ainda outros argumentos trazidos pelo Recorrente quanto a não apresentação na proposta os preços por extenso da licitante vencedora, conclui esta comissão de licitação não ser razoável desclassificar uma empresa por falha irrelevante e sanável, não sendo este o caso, uma vez que na proposta apresentada pela empresa **E M FILIPPO-ME** consta o valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais) acostada em fls. 142 deste processo.

Por sua vez, a 3ª Turma Cível do TJDF, no Processo n.º 50.433/98, por unanimidade de votos, proferiu a seguinte decisão:

"Direito Administrativo. Licitação. Tomada de preços. Erro material na proposta. Irrelevância. O erro material constante da proposta mais vantajosa para a Administração, facilmente constatável, não é óbice à classificação da mesma. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 48 da Lei n.º 8.666/93. Apelação improvida".

<http://jus.com.br/artigos/6231/do-aproveitamento-de-proposta-que-contenha-erros-irrelevantes#ixzz2paiF2YLv>

Assim, a simples falha formal da proposta que não afete a igualdade das condições de participação não legitima a Administração Pública a proceder a desclassificação. Do contrário, estará havendo desclassificação irregular, por adotar formalismo exagerado, ofensivo à isonomia do certame.

Outro julgado que se colhe, agora do Superior Tribunal de Justiça, é o Mandado de Segurança 5418-DF, no qual ficou assentada injuridicidade de se



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

desclassificar proposta comercial que tenha apenas grafado o valor em algarismo, sem a indicação por extenso. Vale a transcrição:

“O ‘valor’ da proposta ‘grafado’ somente em ‘algarismos’ - sem a indicação por extenso - constitui mera irregularidade de que não resultou prejuízo, insuficiente, por si só, para desclassificar o licitante. A ‘ratio legis’ que obriga, aos participantes, a oferecerem propostas claras e tão só a de propiciar o entendimento a administração e aos administrados. Se o valor da proposta, na hipótese, foi perfeitamente compreendido, em sua inteireza, pela comissão especial (e que se presume de alto nível intelectual e técnico), a ponto de, ao primeiro exame, classificar o consórcio impetrante, a ausência de consignação da quantia por ‘extenso’ constitui mera imperfeição, balda que não influenciou na ‘decisão’ do órgão julgador (comissão especial) que teve a idéia a percepção precisa e indiscutível do ‘quantum’ oferecido.

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

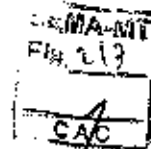
(STJ, MS 5418/DF, Primeira Seção, Ministro Demócrito Reinaldo, Data de Julgamento, 25/03/1998, DJ 01/06/1998 p. 24. Grifou-se)

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,limites-de-atuacao-das-comissoes-de-licitacoes-publicas,40985.html>

Analisando o mérito recursal, o pregoeiro entende assistir razão a Recorrente em sua peça Recursal, quanto ao não atendimento em relação ao ato constitutivo com a sua última alteração, nos termos do Parecer exarado pela Auditoria-Geral do Estado de Mato Grosso, mas não assistindo razão referente ao pedido de desclassificação da proposta da empresa licitante recorrida, em relação da não cotação dos preços unitários por extenso, o que seria excesso de formalismo.

Sobre a vinculação ao Edital, a Constituição é clara quando trata da observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, art. 37, caput, sendo esta a lei da licitação, e em atendimento ao item 3.2.1 “c”

44-38861-17



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

deste certame, temos a seguinte orientação encontrada no Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:

<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/776359/recurso-em-mandado-de-seguranca-rms-23640-df>

Ementa

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO.

1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento.
2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.
3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta oivada de nulidade.
4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou.
5. Negado provimento ao recurso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Vejamos o que diz o Tribunal de Justiça no que tange a vinculação do edital:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - VINCULAÇÃO AO EDITAL - OBRIGAÇÃO LEGAL - DESVIRTUAMENTO - CARACTERIZAÇÃO DA ILEGALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA EDITALÍCIA - RECURSO PROVIDO PARA CONCEDER A ORDEM. A Administração pública não pode, interpretando a seu modo e equivocadamente, desvirtuar o conteúdo da cláusula editalícia em licitação pública, sob pena de gerar insegurança jurídica aos participantes do certame, e violar a finalidade de tão relevante instituto jurídico. A vinculação objetiva ao edital é princípio básico de toda licitação, e direito público subjetivo dos participantes do certame. Inteligência dos arts. 4º e 41 da Lei 8.666/93. Citação da doutrina dos mestres MARÇAL JUSTEN FILHO e HELY LOPES MEIRELLES.

(TJ-PR - AC: 751873 PR Apelação Cível - 0075187-3, Relator: Cunha Ribas, Data de Julgamento: 28/06/1999, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 16/08/1999 DJ: 5452)

Data máxima vênua, com vistas a garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório quanto ao julgamento das propostas, observa com rigor este pregoeiro as regras da boa administração não se utilizando dos fatores subjetivos ou de critério não previstos no ato convocatório, conforme estabelecido no Estatuto Federal Licitatório, que assim determina:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou no convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelo órgão de controle".



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Conforme consta no edital de licitação, e, por conseguinte a orientação da AGE quanto a estrita vinculação ao instrumento convocatório, vejamos o que diz o item 3.8 do certame:

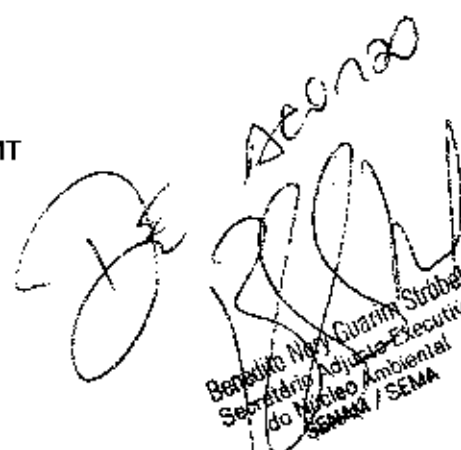
"3.8 A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais...."

Consoante bosquejado acima, em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelados à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, portanto, esta comissão de licitação esta em estrita em conformidade com os princípios básicos da "legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo.", devendo ficar claro que a empresa licitante não estava proibida de participar do certame, podendo lançar a sua proposta, não podendo, sim, participar das etapas de lances, nos termos do parecer exarado pela Auditoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

Desta feita, submeto o presente processo à autoridade superior para decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Cuiabá, 14 de dezembro de 2013.


Jefferson Lopes de Souza
Pregoeiro Oficial da SEMA/MT


Benedito Nery Guarin Ströbel
Secretário Adjunto Executivo
do Núcleo Ambiental
SEMA / SEMA



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, ante os fundamentos da informação do Pregoeiro, o Secretário de Estado de Meio Ambiente **DECIDE: CONHECER** do recurso formulado pela empresa Recorrida **NAUTICA CAMPO VERDE LTDA**, para, no mérito, **PROVÊ-LO** somente em relação ao desatendimento aos requisitos exigidos para o credenciamento e decidindo pela desclassificação da empresa licitante **E.M Filippo – ME**, nos termos de parecer exarado pela Auditoria-Geral do Estado, no qual todos documentos que embasaram a decisão estão no processo a disposição para conhecimento e vistas, a data, hora e local para continuidade da sessão serão designadas em tempo oportuno, por motivo de abertura de orçamento e indicação pelo setor demandante.

É como decide e no uso de suas atribuições, o Secretário de Estado de Meio Ambiente, **HOMOLOGA** a presente decisão.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Secretário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente